

Pronunciamento do Núncio Apostólico na Reunião Nacional dos Ecônomos das Instituições Centrais da Igreja e os Ecônomos das Dioceses do Brasil

Introdução

Obrigado por esse convite muito bem-vindo.

Aqueles que se ocupam da gestão dos bens, tanto da coleta quanto do uso dos mesmos, devem incrementar o estilo de colaboração "caminhar juntos", colocando-se em caminho como discípulos do Senhor Ressuscitado e não como pessoas erantes, mas como Igreja – Povo de Deus; como a família de Jesus¹, comunhão de pessoas.

Esta reunião tem o objetivo de chamar a vossa atenção, para algumas orientações fundamentais relativas a essa relevante missão². Uma das finalidades do vosso encontro é crescer na consciência da dignidade do serviço que vos foi confiado, a fim de colaborar de modo sempre mais competente na administração dos bens temporais da Igreja, exercendo as várias funções que gradualmente vos foram confiadas, de gestão, de supervisão ou mesmo de consultoria.

Agora, é o momento de pensar corajosamente sobre como será nossa Igreja, nossas dioceses e nossas paróquias em um futuro próximo. Preparar o futuro. Isso não significa desafiar a Providência de Deus, que sempre nos surpreende, mas sim saber discernir e ler os sinais dos tempos, olhando com responsabilidade para o "hoje" em que nos foi dado viver. Com coragem e um impulso renovado.

1.- Administração e transparência

Quando consideramos as questões da administração dos bens temporais, em primeiro plano não devem estar as exigências na organização de escritórios e ocupações, nem deve estar em primeiro lugar o impacto administrativo. Em

¹ Papa Francisco, Meditação matinal na Capela de Santa Marta, 26.9.2017

² Cf. Papa Francisco, Saudação do Santo Padre ao Conselho Econômico, 2.5.2014.

primeiro plano está sempre, e acima de tudo, a autoconsciência da Igreja em seu relacionamento com as coisas e realidades temporais. A questão da administração dos bens temporais é, portanto, enxertada nas mesmas realidades profundas que sustentam a identidade da Igreja e sua missão.

O episódio de Ananias e Safira nos faz refletir, assim como a maquinação por dinheiro de Judas, que se tornou um instrumento de Satanás e teve um fim trágico. Os bens de Ananias e Safira estão à sua completa e total disposição: eles são seus legítimos proprietários. A culpa deles consiste em apresentar como total e incondicional uma oferta que, em vez disso, é parcial e interesseira: falsificação.

São Pedro desmascara a falsificação de Ananias. A vigilância de Pedro impede que o ataque à comunhão tenha efeitos devastadores. A ação de Ananias é atribuída a Satanás, que tomou posse de seu coração. Em vez de abrir espaço para o Espírito, Ananias abriu seu interior para Satanás, o pai de toda falsificação e engano, e mentiu. Ananias pensou que estava apenas enganando os homens, mas, em vez disso, mentiu para o próprio Deus. Portanto, Ananias é o único responsável por seu triste destino...

Em perfeito paralelismo está o destino de Safira, que é mencionada como consorte e, cúmplice de fraude, vive e morre à sombra de seu marido, com quem defrauda até o fim. Safira, em concordância com Ananias ao "tentar o Espírito do Senhor", sofre o mesmo destino.

O episódio nos revela o significado mais profundo da transparência cristã. Ele é delineado por Santo Agostinho, para quem a alegria eterna é aquela pela qual se conhece e se ama a verdade transparente (Discurso 75), porque somos chamados a ver Deus em sua transparência (De Musica, XV). O Bispo de Hipona nos admoesta a sermos transparentes, ou seja, a não cobrirmos o dom de Deus com cortinas de fumaça (Contra Cresconio Grammatico Donatista, lib. IV, 29).

A obscuridade opõe-se à dinâmica e à imagem do Espírito Santo de Jesus: ela ofusca a ação do Espírito. Jesus opôs-se às obscuridades de seu tempo, às estruturas e aos costumes humanos que paralisavam o caminho para o Pai, por isso a Igreja se conforma pacientemente a essa transparência de seu Senhor e deixa que

o Espírito Santo de Jesus a molde, evitando cair nas tradições humanas, muitas vezes opacas³, que se justificam com a expressão "sempre se fez assim"⁴.

Portanto, por transparência na Igreja também podemos entender o que o Espírito Santo de Jesus Cristo criou e continua criando na Igreja Povo de Deus e pede para ser reconhecido, acolhido, divulgado e implementado. E São João Paulo II disse: *'para ser verdadeiramente família, para ser irmãos, é preciso ser mutuamente transparente. E é preciso também abrir-se aos outros para criar essa atitude mútua de transparência [...], transparência significa confiança: sou transparente porque confio; sou transparente porque não tenho medo do outro, não tenho medo de que os outros abusem do meu mistério [...] como membros da mesma família, da mesma comunidade, da mesma comunhão. A comunhão não é possível sem transparência mútua'*⁵.

Portanto, transparência à ação do Espírito Santo de Jesus Cristo significa também questionar-se sobre a transparência dentro da Igreja, ao diálogo em comunhão, diálogo fraterno, capaz de captar a riqueza e a originalidade de cada um, sem fingimentos, sem máscaras.

3 - Transparência e responsabilidade

A transparência é um pré-requisito indispensável para que cada crente seja responsável, seja capaz de prestar contas do uso dos talentos (carismas) recebidos para a evangelização, para o bem da comunidade. Essa responsabilidade implica estar ciente dos dons da Graça, que nos são dados para que possam dar frutos, não os enterrando em nossa vida.

Fazemos parte do processo osmótico entre a Igreja e o mundo⁶. Na Igreja, somos chamados a ser um sinal de Cristo no mundo, ou seja, cristãos, e o mundo não pode ser um estranho para nós, mesmo com todas as suas contradições e conflitos. Na Igreja, somos chamados a ser transparentes para o mundo, para que o mundo possa crer. Se nós, cristãos, não formos transparentes, o mundo

³ São Paulo VI, Regina Coeli, Pentecostes, 30.5.1971, falou de "secularismo opaco" e, na conclusão dos Exercícios Espirituais no Vaticano, 26.2.1972, acrescentou: "Devemos adquirir a aptidão para ver as coisas e os eventos com transparência, além da tela que se torna opaca para os apressados".

⁴ Papa Francisco, Reunião pré-sinodal em vista da 15ª Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, 19.3.2018

⁵ São João Paulo II, Visita Pastoral à Paróquia Romana de Santo Alberto Magno em Vigne Nuove, 15.11.1987

⁶ São João Paulo II, Discurso ao Conselho Provincial de Roma, 12.2.1987, definiu essa osmose como o *trabalho conjunto a serviço do homem, de modo que cada pessoa humana possa "ser" mais*.

difícilmente poderá dar crédito a Cristo. É uma transparência que não é ingênua, mas honesta e verdadeira, capaz de admitir erros e pedir perdão de eventuais e inevitáveis falhas.

Portanto, a transparência e a responsabilidade fazem parte da identidade da Igreja e atingem todos os aspectos da realidade eclesial. O Decreto *Presbyterorum Ordinis* no n° 17 combina esses dois aspectos: *Os bens eclesiásticos propriamente ditos, segundo a sua mesma natureza, administrem-nos os sacerdotes, segundo as normas das leis eclesiásticas, utilizando, quanto for possível o parecer de peritos leigos, e destinem-nos sempre segundo aqueles fins, para os quais é lícito à Igreja possuir bens temporais, isto é, para o culto divino, honesta sustentação do clero, obras de apostolado e caridade, sobretudo para com os pobres.*

Além disso, o Concílio Vaticano II incentivou a sinergia com as realidades institucionais civis, respeitando as peculiaridades da Igreja. Essa sinergia exige o respeito mútuo dos regulamentos, que pode ser alcançado se não houver obscuridade por parte da Igreja, ou seja, se a ordem civil puder dar crédito à ordem canônica e à sua aplicação efetiva.

Portanto, um fator para a unidade da Igreja é a transparência responsável, que é um instrumento indispensável para a coordenação dos dois regulamentos, o civil e o canônico.

Isso é particularmente importante no serviço de caridade e na ação social da Igreja em geral, onde, na maioria das vezes, os regulamentos se complementam e corroboram mutuamente: as instituições públicas contam com a tradição, a experiência, a capilaridade da Igreja e a boa vontade e a generosidade de tantos fiéis. A obscuridade e os escândalos resultantes, causados pela má-fé e facilitados pela falta de vigilância, prejudicam a evangelização, invalidam a continuidade da ação social da Igreja (e sabemos que a vida da Igreja é movida pela fé e pela caridade) e enfraquecem nos irmãos mais frágeis a própria força de unidade e de credibilidade, ou seja, a própria fé⁷.

⁷ Discurso do Santo Padre Francisco aos membros da "Fundação Papal", 21.4.2023.

A disseminação das *fake news* é notória e podemos entender bem como as fraquezas da Igreja nessa área e, pior ainda, os escândalos constituem uma ferramenta privilegiada para desacreditar a Igreja.

Pelas considerações acima, esses aspectos devem ser considerados como temas centrais na vida da Igreja, ou seja, o uso correto e a gestão transparente, clara e responsável da oferta com a qual até mesmo os mais pobres contribuem para a evangelização devem ser tratados como compromissos que permeiam a atividade da Igreja. Portanto, aqueles que administram os bens da Igreja, como fiéis que realizam uma atividade de serviço arriscado, façam-no como um verdadeiro ministério, ou seja, um serviço ao Evangelho.

4.- Transparência, prestação de contas e responsabilidade

Na atividade política, econômica e financeira, falamos de prestação de contas, ou seja, contabilidade⁸. Na Igreja, a prestação de contas é precedida pela responsabilidade, melhor ainda, é iluminada pelo Evangelho que chama ao testemunho, é regulada pelo Evangelho que ordena a consciência, é dirigida pelas disposições da Igreja, que sempre têm como objetivo o *bonum animarum*, quer dizer, o bem das almas, começando pelo bem das almas daqueles que prestam esse serviço. Portanto, esse serviço é um meio de santificação para aqueles que o exercem e para aqueles que se beneficiam dele.

Por essa razão, a Igreja, a partir dessa consciência, não se exime de recorrer às ferramentas que as técnicas de gestão mais avançadas desenvolvem continuamente, recorrendo também aos recursos mais adequados que são adotados pela sociedade civil.

5.- Sinodalidade no compromisso administrativo

Vou me deter brevemente em um assunto muito delicado, mas que exigiria uma análise separada, que é a padronização de procedimentos e, portanto, também de terminologias. A padronização - como sabemos - consiste em organizar atividades processuais individuais de forma a reproduzi-las continuamente em um

⁸ Papa Francisco, Mensagem à Assembleia das Partes da Organização Internacional do Direito do Desenvolvimento - IDLO, 28.11.2023, onde o progresso na prestação de contas está ligado à possibilidade de levar à implementação da justiça.

serviço, de modo que a repetição das mesmas e sua adoção em vários serviços da Igreja criem consistência, desenvolvam *best practices*, ou seja, *práticas recomendadas* e facilitem a transparência, a eficácia e as economias nos procedimentos.

Eu estava na Nunciatura na Itália quando a primeira Conferência Nacional de Ecônomos Diocesanos foi realizada em Bellaria, em fevereiro de 2004. Em 2005, a Conferência Episcopal Italiana publicou sua Instrução sobre Assuntos Administrativos, que seguiu a de 1992. Posteriormente, os Ecônomos, de onze das mais importantes Arquidioceses, iniciaram uma colaboração para publicar um vademecum para acompanhar as comunidades paroquiais na administração dos bens eclesiais e de suas atividades.

O trabalho de redação foi então confiado a especialistas, colaboradores e operadores das Cúrias Diocesanas, que, com base na própria experiência e conhecimento, prepararam os vários capítulos, que foram então revisados colegialmente pelos Ecônomos Diocesanos durante vários dias de estudo. Cinco anos depois, em 2009, foi publicada a primeira edição do vademecum de 330 páginas.

Também no Brasil é cada vez mais urgente "fazer aliança": esta é a categoria com a qual devemos olhar - com visão de futuro - a relação entre nossas dioceses e, em cada diocese, entre os vários sujeitos envolvidos na administração do patrimônio da Igreja⁹. Não podemos pensar em enfrentar sozinhos os desafios que essa mudança de estruturas e de época nos propõe e impõe.

É uma prioridade entender como desenvolver uma nova capacidade de caminhar juntos, tendo a coragem de dar a "primazia à comunhão", enfrentando a fadiga que isso implica. Muitas vezes, para fazer isso, temos que percorrer caminhos mais longos e a tentação de "pegar falsos atalhos"¹⁰ está logo ao dobrar a esquina, e o pensamento de que "quem faz sozinho, faz por três", quando nos condiciona, nos afasta da comunhão eclesial¹¹.

⁹ Papa Francisco, Discurso aos Bispos responsáveis pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (C.E.L.A.M.) por ocasião da Reunião de Coordenação Geral, Centro de Estudos Sumaré, 28.7.2013.

¹⁰ Papa Francisco, Angelus, 5.3.2017

¹¹ Papa Francisco, Audiência Geral 25.6.2014

Permitam-me dar um exemplo em outra área: a adoção de um único sistema judicial canônico tem progressivamente trazido à tona limitações pastorais e desalinhamentos nos processos de nulidade matrimonial. Esse discernimento deu origem a um procedimento recente. Tudo isso não teria sido possível se cada tribunal tivesse seguido seu próprio estilo de implementação. Digo estilo, porque claramente a legislação é comum, mas a *compliance* ou seja, o *cumprimento* dela não é suficiente para um profundo discernimento da realidade prática.

Transferências de párocos, ecônomos, nomeações de Bispos Auxiliares, a entrega de uma paróquia ou diocese a Eclesiásticos *ad tempus* exigem um alinhamento de procedimentos para permitir transparência imediata e decisões bem ponderadas, tomadas com base em mensurabilidade objetiva, legibilidade imediata, transparência *at glance* ou *em uma olhada*.

6.- Continuidade da atividade administrativa

A prestação de contas regular, evita monopólios de gerenciamento inadequados e prejudiciais, como ocorre quando qualquer ministério da igreja é monopolizado. A prestação de contas regular, torna a comunidade eclesial responsável.

A prestação de contas tem por finalidade, informar a comunidade quanto os recursos materiais da Igreja, para o alinhamento das necessidades de evangelização com os recursos humanos e materiais e o monitoramento de tudo: prioridades e projetos da comunidade.

A dinâmica não é a de uma empresa, mas a de uma família, de uma família que tem suas prioridades, sobretudo, atenção para com os seus filhos mais fracos. Assim, a Igreja aprofunda o discernimento sobre seu serviço, questiona-se sobre temas como, o serviço para seu sustento, para a caridade, para a missão.

A ação e a utilização dos recursos, deve acontecer dentro da marca da identidade da nossa Igreja. As formas mudam, os aspectos técnicos também mudam, mas a Igreja sempre foi chamada a transmitir e a buscar essa consciência de prestação de contas, essa vigilância para que o senhor da confusão não se insinue no coração daquele a quem é confiada a custódia dos bens da Igreja.

O discernimento, como escolher entre o que é bom e o que é melhor, a vigilância, como prestar contas, são ferramentas que apoiam os ecônomos em seu serviço, que não prestam contas só no final do ano, mas continuamente, diariamente, adotando o que é necessário para salvaguardar e valorizar também os talentos materiais que a Igreja recebe da Providência.

E isso pode, portanto, contemplar a estipulação de contratos de seguro. O seguro de certos bens às vezes é necessário e a norma canônica o impõe. Não prevê-lo é uma superficialidade imprudente e um desrespeito pela necessidade de assumir a responsabilidade por acontecimentos imprevistos. Do mesmo modo, podem ser considerados os contratos relativos à responsabilidade civil etc.

Esses são aspectos absolutamente inerentes à vigilância, assim como o são todos os cumprimentos e passos necessários para registrar a propriedade. O cânone 1284 exige a observância das disposições canônicas e civis para garantir que não haja nenhum dano à Igreja pelo não cumprimento das leis civis.

7 - A necessidade de transparência e *accountability*

Às vezes, pode haver uma reserva e quase um medo de dizer o que a Igreja está fazendo, mesmo no nível da promoção humana e da caridade. Devemos, sem dúvida, ser discretos e discernir que uma coisa é proclamar o que se faz para obter ganhos, para se vangloriar, e outra é proclamar o que se faz como canais para a ação da comunidade eclesial¹², para documentar o modo como é aplicado o uso dos bens que a Igreja muitas vezes recebe também de não praticantes ou não crentes ou de instituições seculares em geral. Para deixar claro que o uso vai para o fim a que se destina.

Isso significa publicar o balanço no boletim diocesano, e não apenas isso, mas também nas mídias sociais mais consultadas.

Pede-se a cada diocese que solicite a prestação de contas aos beneficiários dos recursos provenientes de associações, cooperativas e entidades não apenas eclesiais, mas também civis, uma vez que são obrigados a fazê-lo.

¹² Papa Francisco, Discurso à Delegação da Caritas Espanha, 5.9.2022

Coloquemo-nos no lugar daqueles que fazem ofertas para a Igreja Católica ou de qualquer um de nós que faz uma oferta para determinada atividade e deseja saber qual é o fim, quer saber o que está acontecendo, se essa atividade foi realmente realizada ou não.

Isso é feito não para operações de marketing, mas para *martyria*, testemunho¹³: o fato de a Igreja imaginar fazer marketing por meio da prestação de contas é francamente excessivo, portanto, devemos ter o cuidado de garantir que essa atividade de relatórios não seja vista por nossos irmãos e irmãs como algo que serve para nos dar prestígio.

Devemos estar cientes de que a transparência de que estamos falando é a transparência da total adesão aos regulamentos da lei civil. Por vezes dizemos que estes regulamentos são muito impositivos, que são exagerados em relação a nós; que se fôssemos fazer uma contagem precisa do que o Estado economiza para toda uma série de obras que são introduzidas pela ação pastoral da Igreja, teríamos que dizer que o Estado economiza muito.

É verdade que precisamos conscientizar os políticos e a mídia, mas até que a legislação civil mude, precisamos nos adaptar e, se, por acaso, alguma das nossas obras não se mantiver, talvez seja o momento de criar redes de solidariedade agregadora. Neste caso, o trabalho dos ecônomos torna-se também proativo.

Portanto, o encargo dos ecônomos, além do aspecto profissional, é um mandato eclesial: por meio do exercício de seu profissionalismo em benefício da comunidade, eles realizam uma atividade interna inovadora na Igreja.

8 - Transparência e *management*

Essas palavras, também vão além da questão da sustentabilidade econômica. O atual e difícil momento para as entidades eclesiais, também pode ser explicado em termos de variáveis exógenas, como a mudança (cada vez pior) no funcionamento e nos mecanismos de financiamento das políticas sociais e o declínio das vocações.

¹³ Papa Francisco, Meditação matinal, Santa Marta 30.11.2018, distingue entre proselitismo, lógica de marketing, publicidade e missão como martírio.

A difícil situação atual das organizações eclesiais é gerada, em segundo lugar, pela mudança de contexto e pelo declínio das vocações, enquanto que, em primeiro lugar, é gerada por um fenômeno que, logicamente, é, antes de tudo, interno às organizações: um fator que ainda é pouco considerado, estudado e meditado, ou seja, a obsolescência dos modelos atuais de gestão das obras e das habilidades críticas do pessoal religioso e leigo. Portanto, não se trata apenas de um problema de declínio das vocações.

Prosseguir com menos vocações parece possível, mas requer uma mudança no modelo de gestão ou uma abordagem antecipatória. O fechamento de obras não ocorre por falta de vocações, mas porque as entidades eclesiais não anteciparam o problema da substituição do pessoal religioso por pessoal leigo, uma substituição que precisa ser preparada com antecedência.

É exatamente por essa razão que se trata de antecipar os efeitos por meio de um planejamento adequado, bem como de admissão e fidelização das pessoas que são realmente capazes de desencadear círculos virtuosos para a organização. Durante anos, o modelo de gestão das entidades eclesiais, pelo menos em vários países, foi construído com base em dois pressupostos básicos: a abundância de vocações (em alguns casos, muitas vezes vocações missionárias) e a ausência ou um nível mínimo de concorrência nos vários setores de intervenção, quais: saúde, educação, assistência etc.

Esses fatores favoráveis não são mais tão relevantes. O contexto que as instituições eclesiais de hoje são chamadas a enfrentar é muito semelhante, em vários países, a um contexto caracterizado pela falta de vocações e por esferas de operação hipercompetitivas. E, no entanto, apesar dessas condições não positivas, muitas obras nasceram, cresceram e se tornaram relevantes, de excelência e essenciais para muitos sistemas: obras construídas, no entanto, em modelos de gestão muito diferentes daqueles do passado.

A recuperação das entidades eclesiais é, portanto, possível, mas requer uma mudança no modo de organizar a condução dos assuntos e das atividades no novo contexto, não somente na transparência das formas jurídicas ou na cumprimento dos organogramas formais, mas também com uma forte e ampla

integração das competências, que certamente devem ser teológicas, jurídico-administrativas, mas também de gestão, uma verdadeira vontade de mudança por parte de todo o pessoal envolvido nos vários âmbitos das organizações. Uma sustentabilidade de gestão para apoiar a missão.

* * * * *

Gostaria de concluir mencionando que o Santo Padre Francisco afirmou repetidamente que, para a comunidade eclesial, a preocupação com os pobres é prioridade. Nessa perspectiva, a centralidade da transparência na administração dos bens da Igreja, testemunhada nas relações e na governança dos processos econômicos e de gestão, é essencial e obrigatório. Não se trata de uma mera obrigação para aqueles que administram os bens da Igreja, mas de uma formidável oportunidade pastoral que pode se transformar em um recurso precioso. Uma gestão clara, compreensível, explicada e verificável constitui um testemunho cristão autêntico e eficaz, capaz de inspirar mais generosidade para as necessidades da comunidade.